



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

Cabedelo - PB

**PROJETO DE LEI Nº 080/2022****VETO TOTAL**

**DO VEREADOR JÚNIOR PAULO** – “VEDA NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90”

**DATA:** 06 de dezembro de 2022.

*Veto Mantido*

**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CABEDELLO**

*Aut. 93-029/2022*  
*09-336/2023*



AO EXPEDIENTE

Em: 06/12/2022

Presidente



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

Câmara Municipal de Cabedelo  
Fls. 002 m

RECEBIDO  
Secretaria Legislativa  
Câmara Municipal de Cabedelo(PB)

Às: 15:07 hs. Em: 06/12/2022

VISTO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

APROVADA  
PLENÁRIO

Em: 09/05/2023  
Presidente

**AUTOR:** Vereador JÚNIOR PAULO

**PLO N.º 080/2022.**

CONSTOU NO EXPEDIENTE

DISTRIBUIDO

Em:

1º Secretária

AVULSOS  
DISTRIBUIDO

Em:

1º Secretária

**EMENTA:** "Veda a nomeação para os cargos efetivos e em comissão, no âmbito do Município de Cabedelo, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal n.º 8.069/90, Lei Federal n.º 12.015/09, Lei n.º 10.741/03 e Lei Federal n.º 8.072/90."

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO decreta:**

**Art.1.º.** É vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas pelas práticas delituosas estabelecidas na **Lei Federal n.º 8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente), **Lei Federal n.º 12.015/09** (Crimes contra a Dignidade Sexual), **Lei 10.741/03** (Estatuto do Idoso) e **Lei Federal n.º 8.072/90** (Lei de Crimes Hediondos).

**Art.2.º.** As vedações previstas nesta Lei, iniciam-se com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

§ 1º. Em caso de suspensão condicional do processo penal ou da pena, a vedação imposta no art. 1º desta Lei subsistirá enquanto durar os efeitos das medidas substitutivas e restritivas impostas na sentença penal.





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

§ 2º. Só será permitido, aos que tenham praticado os crimes previstos nesta Lei, ocupar cargo efetivo ou em comissão na Administração Pública Direta e Indireta, após dois anos da reabilitação criminal.

**Art.3º.** No ato da posse, deverá ser apresentada Certidão Negativa Estadual e Federal, para fins de comprovação da inexistência de condenações criminais transitadas em julgado, nos crimes referidos nesta Lei.

**Art.4º.** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Plenário "Luiz de Góes", em 06 de Dezembro de 2022.**

**JÚNIOR PAULO**  
Vereador



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como plano de fundo assegurar a proibição da nomeação para cargos efetivos e em comissão, no âmbito da Administração Pública no Município de Cabedelo, das pessoas que tiverem sido condenadas pelas práticas delituosas estabelecidas na **Lei Federal n.º 8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente), **Lei Federal n.º 12.015/09** (Crimes contra a Dignidade Sexual), **Lei 10.741/03** (Estatuto do Idoso) e **Lei Federal n.º 8.072/90** (Lei de Crimes Hediondos).

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em seu **art. 7º**, aduz que "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente", bem como assegura no **art. 7º** que "a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência".

No tocante aos Crimes contra a Dignidade Sexual (Lei 12.015/09), o que se preserva é o princípio da dignidade da pessoa humana (**art. 1º, III, da CRFB**). A correlação do referido princípio, sob o prisma subjetivo, associa-se ao dever de respeitabilidade da intimidade e à vida privada de cada indivíduo.

Por conseguinte, o **art. 10 da Lei Federal n.º 10.741/03** (Estatuto do Idoso) propõe ações afirmativas a serem cumpridas pelo Estado e pela sociedade, que ficam incumbidos de assegurar à pessoa idosa, a liberdade, o respeito e a dignidade. Dessa forma, o legislador deve propor mecanismos para dar maior efetividade ao cumprimento da legislação, uma dessas formas é obstar o acesso aos cargos efetivos e comissionados na Administração Pública Direta e Indireta, proibindo o acesso de indivíduos que atentem contra os idosos, e que por ventura tenham praticado ilícitos penais repeditos pela Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso).

Convém assinalar que os crimes descritos na Lei Federal n.º 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos), são considerados de maior gravidade, geralmente



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

marcados por requintes de crueldade, provocando grande indignação social. Nesse sentido, o **art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal de 1988** determinou que tais delitos tivessem tratamento mais rigoroso, tornando-os inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia. Seguindo os ensinamentos constitucionais, não é razoável admitir que pessoas condenadas por crimes hediondos e assemelhados ocupem cargos efetivos e em comissão na Administração Pública Direita e Indireta, devendo o Poder Público afastar esses indivíduos do convívio com os administrados.

*Na presente proposição, a mens legis é dar concretude ao princípio da moralidade administrativa e o da impessoalidade, insculpidos no caput do **art. 37 da CF/88**, adotando uma postura de concretude destes princípios, os quais possuem aplicabilidade imediata, e, portanto independem de lei regulamentadora.*

*Em prosseguimento, é importante mencionar que a vedação a nomeação dos cargos efetivos e em comissão, no âmbito da Administração Pública Municipal de Cabedelo, aos condenados pelas leis supracitadas, apenas ratifica o disposto pela Lei nº 8.112/90, ao estabelecer que são deveres do servidor público “manter conduta compatível com a moralidade administrativa” (**art. 116**), bem como possuir idoneidade moral na prestação de todo e qualquer serviço público.*

*Corroborando com tal entendimento, em posicionamento sobre a idoneidade moral, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil editou a **Súmula 09/2019**, vedando a inscrição de bacharéis aprovados no exame de ordem que possuam histórico de práticas delituosas estabelecidas na **Lei nº 11.340/06** (Lei Maria da Penha), vejamos:*

INIDONEIDADE MORAL. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. ANÁLISE DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB. Requisitos para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Inidoneidade moral. A prática de violência contra a mulher, assim definida na “Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – ‘Convenção de Belém do Pará’ (1994)”, constitui fator apto a





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição de bacharel em Direito nos quadros da OAB, independente da instância criminal, assegurado ao Conselho Seccional a análise de cada caso concreto.

Dessarte, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil também cristalizou - através da **Súmula 10/2019** - entendimento que a prática de violência contra crianças e adolescentes afasta a idoneidade moral, impossibilitando o exercício regular da advocacia, analisemos:

INIDONEIDADE MORAL. VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL. ANÁLISE DO CONSELHO SECCIONAL DA OAB. Requisitos para a inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Inidoneidade moral. A prática de violência contra crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência física ou mental constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição de bacharel em Direito nos quadros da OAB, independente da instância criminal, assegurado ao Conselho Seccional a análise de cada caso concreto.

Desta feita, referido posicionamento deve ser replicado em todas as esferas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, não sendo admissível que a Administração Pública agasalhe indivíduos sem idoneidade moral para ocupar cargos públicos efetivos e comissionados.

No que tange a iniciativa formal do presente projeto, o Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de repercussão geral, fixou entendimento de não haver inconstitucionalidade formal na iniciativa legisferante de membro do Legislativo, pois a matéria não é reservada ao Chefe do Executivo, consagrada no **art. 61, §1º, inciso II, alínea "a" da CF/88**. Ademais, trata-se de matéria de interesse local, atraindo a competência municipal (**art.30, CF**).





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

*Diante do exposto, ressalta-se a importância do respectivo Projeto de Lei para o Município de Cabedelo, eis que, dará efetividade aos princípios constitucionais e, acrescentará ao ordenamento jurídico, a possibilidade de coibir o acesso aos cargos públicos de pessoas inidôneas que tenham incorridos nas práticas delituosas insculpidas na **Lei Federal n.º 8.069/90** (Estatuto da Criança e do Adolescente), **Lei Federal n.º 12.015/09** (Crimes contra a Dignidade Sexual), **Lei 10.741/03** (Estatuto do Idoso) e **Lei Federal n.º 8.072/90** (Lei de Crimes Hediondos).*

**Plenário “Luiz de Góes”, em 06 de Dezembro de 2022.**

  
**JÚNIOR PAULO**  
Vereador





**Memorando 3- 1.403/2022**

**CÂMARA MUNICIPAL DE**

**CABEDELÔ**

**1Doc**

Câmara Municipal de Cabedelo

Fls. 008 w

**De:** Iberton S. - GV- LPS

**Para:** PLEN-SL - Secretaria Legislativa

**Data:** 06/12/2022 às 11:07:32

**Setores envolvidos:**

PLEN-SL, GV- LPS

## **PROJETO DE LEI DO VEREADOR JUNIOR PAULO**

Olá!!

Bom Dia!!!

Segue em anexo o projeto de lei de autoria do vereador Júnior Paulo, para ser apreciado em plenário.

Atenciosamente;

Iberton de Santana Silva

*Chefe de Gabinete - Matrícula: 1919*

**Anexos:**

Projeto\_de\_Lei\_Vedacao\_de\_Contratacao.pdf





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6591-FCAD-0158-9959

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LEONARDO PAULO DA SILVA JÚNIOR (CPF 091.XXX.XXX-85) em 06/12/2022 11:08:56 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcabedelo.1doc.com.br/verificacao/6591-FCAD-0158-9959>



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Secretária

**CERTIDÃO - DISTRIBUIÇÃO**

**(Projeto de Lei nº 080/2022)**  
**(Do Vereador Júnior Paulo)**

Certifico, nos termos do art. 106, inciso I, do Regimento Interno desta Casa (Resolução nº 158/2006), que verificando o que está disponibilizado no acervo do SAPL, bem como nos arquivos da Secretaria Legislativa até a data de hoje, **não existe outra proposição que possa abarcar conteúdo semelhante (análogo ou conexo) ao da propositura em epígrafe.**

Certifico ainda, baseando-se na matéria que foi apresentada, ao verificar o acervo da legislação municipal, **não foi possível identificar norma vigente** com teor idêntico ao da propositura mencionada.

**Atesto a veracidade da presente certidão.**

Em, 07/12/2022.

**Adolpho Marques Santos**

Assessor Institucional





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELO

Câmara Municipal de Cabedelo

Fis. 011 w.r.

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DESPACHO**

[Regimento Interno com a redação dada pela RES nº 236/2020]

(Projeto de Lei nº 080/2023)  
(Do Vereador Júnior Paulo)

**PRAZO DE EMENDAS (05 DIAS ÚTEIS)** – art. 105, parágrafo único do RI, contados da distribuição dos avulsos, por meio eletrônico.

Esgotado o prazo para oferecimento de emendas, **de ordem do Senhor Presidente**, determino à distribuição, por meio eletrônico, de cópia da propositura epigrafada à **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** para o exame de admissibilidade, quanto à constitucionalidade e juridicidade, nos termos dos artigos 32, inciso I; 48, inciso I; 106, inciso II, do RI.

**TRAMITAÇÃO – REGIME ORDINÁRIO**  
**PRAZO PARECER (30 DIAS)** – art. 47, inciso III, do RI.

Esgotados os prazos concedidos às Comissões, retornem-se os autos à Presidência, nos termos do art. 107 do RI.

Em, 07/12/23.

  
**THAYANE FERNANDES**  
Secretária Legislativo

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Ciente.**

Designo Relator o Vereador Heclen CABRAL

Em, 07/03/23

  
**Ver. JOSÉ PEREIRA**  
**PRESIDENTE**

**RELATOR DESIGNADO – [ciente]**

Em, 07/03/23

  
**VEREADOR RELATOR**



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CABEDELÓ  
GABINETE DO VEREADOR HÉRLON CABRAL DE MEDEIROS

**PROJETO DE LEI Nº 080/2022**  
**AUTOR: VER. JÚNIOR PAULO**  
**RELATOR: VER. HÉRLON CABRAL**

**PARECER**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, legalmente constituída por Ato do Presidente, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 080/2022**, da lavra do(a) Sr(a). Vereador(a) JÚNIOR PAULO, que *“veda a nomeação para os cargos efetivos e em comissão de Município âmbito do no Cabedelo, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 12.015/09, Lei nº 10.741/03 e Lei Federal nº 8.072/90”*.

Houve por obedecidas a instrução processual e a tramitação conforme regimento.

É o relatório.

**II – VOTO DO RELATOR**

Trata-se de projeto de lei que visa, como dito acima, vedar a nomeação em cargos efetivos e comissionados de quem tenha sido condenado pela prática de crimes que especifica.

É uma proposta digna de todas as felicitações por trazer moralidade ao serviço público, estímulo ao não cometimento de crimes e reprimenda a quem cometeu e foi devidamente condenado.

**Este projeto merece aprovação!**

Recentemente, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no julgamento do **Recurso Extraordinário – RE nº 1.308.883<sup>1</sup>**, declarou ser constitucional lei

<sup>1</sup> Relator(a): Min. EDSON FACHIN, Julgamento: 07/04/2021, Publicação: 13/04/2021.





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CABEDELLO  
GABINETE DO VEREADOR HÉRLON CABRAL DE MEDEIROS

municipal de iniciativa parlamentar que impõe impedimento para a nomeação de cargo público, ato que antecede a posse, e, portanto, não se confundiria com o regime jurídico de servidor público e não se inseriria na iniciativa legislativa reservada ao Executivo.

Esta Câmara de Vereadores, no **PL nº 067/2022**, do **Vereador EDVALDO NETO**, aprovou a proposição cujo conteúdo é quase idêntico ao aqui tratado, apenas se tratando dos crimes previstos na Lei nº 11.340/2006 e Lei nº 13.104/2015, que foi sancionado integralmente pelo Prefeito e se transformou na **Lei Municipal nº 2.253/2022**.

Em outro julgado do STF, no RE 570.392, a Relatora Cármen Lúcia registrou o seguinte apontamento:

Se os princípios do art. 37, caput, da Constituição da República sequer precisam de lei para serem obrigatoriamente observados, ***não há vício de iniciativa legislativa em norma editada com o objetivo de dar eficácia específica àqueles princípios e estabelecer casos nos quais, inquestionavelmente, configurariam comportamentos administrativamente imorais ou não-isonômicos*** (grifei).


**Não infringe, portanto, o art. 44, Lei Orgânica Municipal.**

Nestas circunstâncias e diante de todo o exposto, opino, seguramente, pela **CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE** do Projeto de Lei nº 080/2022, pelos fundamentos acima expostos.

É o voto.

CCJR, em 20 / 03 / 2023.

  
VER. HÉRLON CABRAL  
Relator





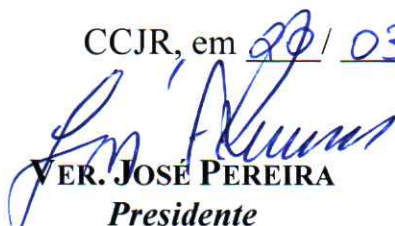
ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CABEDELLO  
GABINETE DO VEREADOR HÉRLON CABRAL DE MEDEIROS

**PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão Especial, nos termos do Voto da Relatoria, opina pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei nº 080/2023, em vista do interesse público a que se destina.

É o parecer.

CCJR, em 20 / 03 / 2023.

  
VER. JOSÉ PEREIRA  
Presidente

  
VER. HERLON CABRAL  
Relator

  
VER. EDVALDO NETO  
Membro

PARECER APROVADO

DATA

20/03/23

  
Presidente da Comissão





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

## SECRETARIA LEGISLATIVA **DESPACHO**

[Regimento Interno com a redação dada pela RES nº 236/2020]

**PROJETO DE LEI Nº 080/2022**  
(Do Ver. Junior Paulo)

À Comissão de Políticas Públicas Municipais para exame e parecer, na forma regimental.

**TRAMITAÇÃO - REGIME ORDINÁRIO**  
**PRAZO PARECER (30 DIAS) - art. 47, inciso III, do RI.**

Em, 13/04/23.

  
**THAYANE FERNANDES**  
Secretária Legislativa

**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS**  
(art. 32, inciso III, do RI)

**Ciente.**

Designo Relator o Vereador EDVALDO NETO

Em, 13/04/23

  
**Ver. EDVALDO NETO**  
PRESIDENTE

**RELATOR DESIGNADO - [ciente]**

Em, 13/04/23

  
**VEREADOR RELATOR**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"Comissão de Políticas Públicas Municipais"

**PROJETO DE LEI Nº 080/2022.**

VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90.

**AUTOR:** Vereador Junior Paulo.

**RELATOR:** Vereador Edvaldo Neto.

**P A R E C E R**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Políticas Públicas Municipais recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 080/2022**, de iniciativa do ilustre Vereador Junior Paulo, que "VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90".

A propositura constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de dezembro de 2022, oportunidade onde foram distribuídos os avulsos para conhecimento dos parlamentares.

No prazo legal, art. 94, inciso I c/c o art. 105, parágrafo único da Resolução nº 158/2006 (Regimento Interno da Casa), não foram apresentadas emendas.

A propositura obteve parecer favorável quanto aos aspectos jurídicos constitucionais no âmbito da CCJR conforme parecer retro.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"Comissão de Políticas Públicas Municipais"

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em exame, da lavra do ilustre Vereador Junior Paulo, tem por escopo coibir que pessoas condenadas, com sentença transitada em julgado, pelos crimes descritos possam assumir cargos públicos na administração direta e indireta no município, sendo este mais um mecanismo que visa coibir a infração da Lei.

## POSIÇÃO DA RELATORIA

A proposta legislativa em comento obteve parecer favorável quanto aos aspectos constitucional, jurídico-legal junto a Comissão de Constituição, Justiça e Redação conforme se verifica no parecer retro.

Nos termos do art. 48, II, da Resolução nº 158/2006 (Regimento Interno da Casa), compete-nos, pois, analisar o mérito a que a matéria estiver afeta.

Nesse contexto, o presente projeto de lei visa dar efetividade aos princípios constitucionais e, acrescentará ao ordenamento jurídico, a possibilidade de coibir acesso aos cargos as pessoas inidôneas que tenham incorridos nas práticas delituosas citadas nas referidas leis.

Desta forma, compreendo que a propositura em exame é pertinente e oportuna e de relevante e inquestionável interesse público, tomando como norte as satisfatórias justificativas levantadas pelo autor para iniciativa.

Nestas condições, opino favoravelmente pela **Aprovação** do **Projeto de Lei nº 080/2022**, nos termos do Parecer da CCJR, dado ao interesse público que encerra.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13/04/2023.

**Vereador Edvaldo Neto**  
**Relator**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"Comissão de Políticas Públicas Municipais"

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Políticas Públicas Municipais, na conformidade do voto do Senhor Relator, Vereador Edvaldo Neto, opina pela aprovação do **Projeto de Lei nº 080/2022**, nos termos do Parecer da CCJR, dado ao interesse que encerra.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 / 04 2023.

  
**Ver. Edvaldo Neto**  
**Presidente/Relator**

  
**Ver. Ivãnio (da Miramar)**  
**Vice-Presidente**

**Ver. Junior Paulo**  
**Membro**

**PARECER APROVADO**  
DATA 13 / 04 / 2023  
  
**Presidente da Comissão**



**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

Rua Doutor João Machado, nº 29 - Centro CEP: 58.100-243 - Cabedelo - PB

Tel. (83) 99174-6442

Email: [cmcabedelopb@gmail.com](mailto:cmcabedelopb@gmail.com)

15ª LEGISLATURA 2021/2024

SESSÃO:	13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2023		
MATÉRIA:	PROJETO DE LEI		
INSTITUIÇÃO:	CÂMARA MUNICIPAL	NÚMERO:	1º/2023
PROPOSITOR:	JÚNIOR PAULO	DATA:	09/05/2023
P. DA SESSÃO:	ANDRÉ COUTINHO	HORA:	20:04
TIPO VOTAÇÃO:	MAIORIA ABSOLUTA	PRESENTES:	11

VEREADOR	PARTIDO	PRESENÇA	VOTO
ANDRÉ COUTINHO	UNIAO	PRESENTE	SIM
EDVALDO NETO	PRB	PRESENTE	SIM
JOSE PEREIRA	UNIAO	PRESENTE	SIM
DIVINO FELIZARDO	PRB	PRESENTE	SIM
BENONE BERNARDO	PRB	PRESENTE	SIM
EDSON DA OTICA	UNIAO	PRESENTE	SIM
GEUSA RIBEIRO	AVT	AUSENTE	AUS
HERLON CABRAL	AVT	PRESENTE	SIM
IVANIO DA MIRAMAR	PRB	AUSENTE	AUS
JANDERSON BRITO	PSDB	PRESENTE	SIM
MOISES MENINAS BAR	UNIAO	AUSENTE	AUS
JUNIOR PAULO	PRB	PRESENTE	SIM
MARCIO SILVA	UNIAO	PRESENTE	SIM
REINALDO REY	UNIAO	AUSENTE	AUS
WAGNER SOLANENSE	UNIAO	PRESENTE	SIM

**APROVADO**

SIM

11

NÃO

0

ABS

0

TURNO:

TURNO ÚNICO

TRAMITE:

TURNO ÚNICO

**Ementa:**

PRESIDENTE DA SESSÃO

PROJETO DE LEI Nº 080/2022 - DO VEREADOR JÚNIOR PAULO: "VEDA NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI FEDERAL Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90".



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Secretária

**C E R T I D ã O**

**(Projeto de Lei nº 080/2022  
(Do Vereador Júnior Paulo)**

Certifico que a propositura acima epigrafada foi **APROVADA** pelo Plenário, na forma original, em turno único de discussão e votação, por unanimidade Sessão Ordinária do dia 09-05-2023.

Em, 10/05/2023.

  
**IRIS CRISTINA MACÊDO DE FARIAS**  
Diretora de Assuntos Legislativos

**Atesto a veracidade da presente certidão.**

Em, 10/05/2023.

  
**THAYANE BEZERRA FERNANDES**  
Secretária Legislativa





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

OFÍCIO GPC/SL Nº 316/2023

Cabedelo (PB), 11 de maio de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor  
**VITOR HUGO PEIXOTO CASTELLIANO**  
MD. Prefeito Municipal.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO (PB)  
Cabedelo/PB

2ª VIA

**Assunto:** Encaminhamento de Autógrafo.

Senhor Prefeito,

Através do presente, encaminho-lhe para sanção, nos termos do art. 51, da Lei Orgânica Municipal, e na forma do Autógrafo nº 029/2023, o Projeto de Lei nº 080/2022, da lavra do Vereador Júnior Paulo e que “VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90”, aprovado pelo Plenário desta Casa Legislativa, na forma original, em turno único de discussão e votação, na Sessão Ordinária do dia 09 de maio do corrente ano, nos termos regimentais.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me,

Cordialmente,

  
Ver. **ANDRÉ COUTINHO**  
Presidente

Procuradoria Geral do  
Município de Cabedelo  
Recebido em 12/05/23  
ASS. [assinatura]

**AUTÓGRAFO**  
CONFORME APROVADO PELO PLENÁRIO  
Sessão do dia: 09/05/2023  
VISTO



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

**AUTÓGRAFO Nº 029/2023**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 080/2022**  
(Do Vereador Júnior Paulo)

VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90.

**A Câmara Municipal decreta:**

**Art. 1º** É vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas pelas práticas delituosas estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 12.015/09 (Crimes contra a Dignidade Sexual), Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e Lei Federal nº 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos).

**Art. 2º** As vedações previstas nesta Lei iniciam-se com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

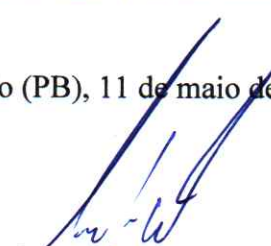
§ 1º Em caso de suspensão condicional do processo penal ou da pena, a vedação imposta no art. 1º desta Lei subsistirá enquanto durar os efeitos das medidas substitutivas e restritivas impostas na sentença penal.

§ 2º Só será permitido, aos que tenham praticado os crimes previstos nesta Lei, ocupar cargo efetivo ou em comissão na Administração Pública Direta e Indireta, após dois anos da reabilitação criminal.

**Art. 3º** No ato da posse, deverá ser apresentada Certidão Negativa Estadual e Federal, para fins de comprovação da inexistência de condenações criminais transitadas em julgado, nos crimes referidos nesta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Cabedelo (PB), 11 de maio de 2023.

  
**Ver. ANDRÉ COUTINHO**  
Presidente





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**

Cabedelo - PB

**VETO TOTAL AO PL Nº 080/2022****VETO TOTAL DO PREFEITO MUNICIPAL AO PROJETO DE LEI Nº 080/2022 DA LAVRA DO VEREADOR JÚNIOR PAULO – VEDA**

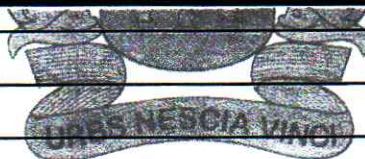
A NOMEAÇÃO PARA GARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90.

**VETO MANTIDO**

PLENÁRIO

EM: 20 / 05 / 2023

Presidente

**DATA:** 25 de maio de 2023.

**CÂMARA**  
**MUNICIPAL DE CABEDELLO**

194.12.458/2023



**OFÍCIO N° 59/2023 - PGM**

Cabedelo, 24 de maio de 2023.

Ilmo. Senhor  
**Ver. André Coutinho**  
Presidente da Câmara Municipal de Cabedelo  
Nesta

**Assunto: Encaminha Vetos**

Senhor Presidente,

Vimos através do presente encaminhar o Veto Total ao Projeto de Lei nº 080/2022 e o Veto Total ao Projeto de Lei nº 014/2023, que foram encaminhados para publicação no Semanário de 22 a 26 de maio do corrente ano.

- **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 080/2022 – VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDEL, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90.**

- **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 014/2023 - DETERMINA QUE OS HOSPITAIS, CLÍNICAS E POSTOS DE SAÚDE QUE COMPÕEM A REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE COMUNIQUEM FORMALMENTE AO MINISTÉRIO PÚBLICO CASOS DE VESTÍGIO DE VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS.**

**RECEBIDO**

Secretaria Legislativa  
Câmara Municipal de Cabedelo(PB)

Às: 10:30 hs. Em: 25/05/2023

*João Farias*  
VISTO

Atenciosamente,

*[Assinatura]*  
**DIEGO CARVALHO MARTINS**  
PROCURADOR-GERAL





CONSTO NO EXPEDIENTE

ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELO

Em: 29/05/23

VETO TOTAL

AVULSOS  
DISTRIBUIDO

Em: 30/05/23

1ª Secretária

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cabedelo,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art.51, §2º c/c o art. 73, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 080/2022, que **“VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90”**, de autoria do Vereador Júnior Paulo.

RAZÕES DO VETO

VETO MANTIDO

PLENÁRIO

EM: 20/06/2023

Presidente

É certo que a intenção da propositura é louvável, pois visa **impedir a nomeação para os cargos efetivos e em comissão no âmbito deste Município, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal nº 8.069/1990, Lei Federal nº 12.015/2009, Lei Federal nº 10.741/2003 e Lei nº 8.072/1990**, entretanto, a negativa de sanção que ora subscrevo, cinge-se na existência de vício de iniciativa da presente propositura, pelas razões que passo a expor:

O conteúdo apresentado viola o art.61, parágrafo 1º, inciso II, alínea “c”, do Diploma Constitucional. Vejamos:

**Art. 61.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II - disponham sobre:

[...]

c) **servidores públicos** da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

Com fulcro no princípio da simetria, a competência legislativa do Presidente da República se iguala a dos demais Chefes do Executivo, sejam eles estaduais ou municipais, observadas as devidas peculiaridades.

Nesse contexto, a Lei Orgânica Municipal, no seu art.44, III, ao dispor sobre a competência legislativa privativa do Prefeito Municipal, assim estabelece:

**Art.44.** Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

[...]

**III - servidores públicos**, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis;

[...]

Importante salientar que a Lei Orgânica Municipal deve estar em consonância com os princípios delineados pelas Constituições Federal e Estadual, conforme preceituado no caput, do art.29 da Constituição Federal.

Trata-se de expressão do chamado Princípio da Simetria segundo o qual os Estados e Municípios deverão respeitar, no âmbito de suas competências autônomas, as regras do processo legislativo federal de tal modo que a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal sejam simétricas à Constituição Federal, conforme consta na parte final do caput do art. 25 da Carta Maior.

Nesse contexto, no que concerne a iniciativa de leis que disponham sobre servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu expressamente em seu art. 61, § 1º, alínea “c”, que é de iniciativa privativa do Presidente da República, sistemática que também foi adotada pela Lei Orgânica Municipal.

Sobre o tema em debate, vejamos o posicionamento pacífico do Supremo Tribunal Federal:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE** Lei Municipal nº 6.277, de 25.05.22, de Catanduva, **de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a instituição de programa educacional de prevenção à violência doméstica ( Lei Maria da Penha). Vício de iniciativa. Cabe privativamente ao Executivo a iniciativa legislativa na matéria de servidores públicos e seu regime jurídico**, atribuições das



secretarias, órgãos e entidades da Administração local. Presença do vício apontado, apenas em relação aos arts. 3º, 4º e parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 6.277/22. Organização administrativa. Permite contrato ou convênio entre o poder público e pessoas jurídicas de direito privado para cumprimento de diretrizes firmadas. Além de interferir na gestão administrativa. Matéria de gestão administrativa. Afronta à separação dos poderes. Reconhecimento de inconstitucionalidade desses dispositivos, por vício de iniciativa afronta à separação dos poderes, por afronta aos arts. 5º, 4, 24, § 2º, 47, inciso XIV e 144 da Constituição Bandeirante. Ação procedente, em parte. (TJ-SP - ADI: 21462007320228260000 SP 2146200-73.2022.8.26.0000. Relator: Evaristo dos Santos, Data de Julgamento: 26/10/2022, Órgão Especial, Data de Publicação: 01/11/2022)

Ora, por **regime jurídico** segundo **JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO**, deve ser entendido o "... conjunto de regras de direito que regulam determinada relação jurídica" ("Manual de Direito Administrativo" Ed. Atlas 2012 p. 592').

O **Pretório Excelso** já definiu, em inúmeros julgados, o âmbito da locução **regime jurídico do servidor**, assim dispondo:

[...] Trata-se, em essência, de noção que, em virtude da extensão de sua abrangência conceitual, **compreende todas as regras pertinentes (a) às formas de provimento; (b) às formas de nomeação; (c) à realização do concurso; (d) à posse; (e) ao exercício, inclusive as hipóteses de afastamento, de dispensa de ponto e de contagem de tempo de serviço; (f) às hipóteses de vacância; (g) à promoção e respectivos critérios, bem como avaliação do mérito e classificação final (cursos, títulos, interstícios mínimos); (h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária; (i) às reposições salariais e aos vencimentos; (j) ao horário de trabalho e ao ponto, inclusive os regimes especiais de trabalho; (k) aos adicionais por tempo de serviço, gratificações, diárias, ajudas de custo e acumulações remuneradas; (l) às férias, licença em geral, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria; (m) aos deveres e proibições; (n) às penalidades e sua aplicação; (o) ao processo administrativo.** (ADI nº 766/RS (medida liminar) DJ de 27.05.94 Rel. Min. **CELSO DE MELLO**).

Nessa linha, vejamos o entendimento dos Egrégios Tribunais:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL EM FACE DA PARTE FINAL DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 3.618 DE 08 DE JANEIRO DE 2018 (DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE QUADRO

INFORMATIVO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS E PRIVADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA), DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE ESTABELECE SANÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE (SERVIDORES PÚBLICOS) NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DA NORMA. VÍCIO DE INICIATIVA. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DE PENALIDADES A SERVIDORES PÚBLICOS. MATÉRIA RELATIVA AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. COMPETÊNCIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, NOS TERMOS DO ART. 24, § 2º, "4", DA CONSTITUIÇÃO PAULISTA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. PRECEDENTES DESTES C. ÓRGÃO ESPECIAL. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, COM REDUÇÃO DO TEXTO, DA PARTE FINAL DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 3.618 DE 08 DE JANEIRO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, QUE SE IMPÕE. Ação direta de inconstitucionalidade procedente, com efeitos ex tunc. (TJ-SP - ADI: 22478662520198260000 SP 2247866-25.2019.8.26.0000, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 24/06/2020, Órgão Especial, Data de Publicação: 26/06/2020)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, AJUIZADA PELO PREFEITO MUNICIPAL, EM FACE DA LEI Nº 1.744/2015 DE CAPIVARI DE BAIXO - DE INICIATIVA PARLAMENTAR - QUE ASSEGURA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, COMPROVADAMENTE RESPONSÁVEL POR PESSOA DEFICIENTE, A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO EM ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS, SEM PREJUÍZO DOS SEUS VENCIMENTOS, ADMISSIBILIDADE, ALEGADO CONFRONTO COM DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, INVIABILIDADE. PARÂMETRO DE CONTROLE: CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NORMAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS-MEMBROS. NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO NESTE PONTO. MÉRITO. LEI QUE, A TODA EVIDÊNCIA, DISPÕE SOBRE O "REGIME JURÍDICO" DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CONFORME CONCEITO EMPREGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). MATÉRIA RESERVADA À INICIATIVA LEGISLATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. OFENSA AO ART. 50, § 2º, IV, DA CONSTITUIÇÃO CATARINENSE (CESC), APLICADO, POR SIMETRIA, AOS PREFEITOS MUNICIPAIS. VÍCIO FORMAL RECONHECIDO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. I. CONCEITO DE "REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS". Conforme a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal: "A locução constitucional 'regime jurídico dos servidores públicos' corresponde ao conjunto de normas que disciplinam os diversos aspectos das relações, estatutárias ou contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes. Nessa matéria, o processo de formação das leis está sujeito, quanto à sua válida instauração, por efeito de expressa reserva constitucional, à exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes". Ademais, segundo o STF, o regime jurídico compreende "todas as regras pertinentes: (a) às formas de provimento, (b) às formas de nomeação, (c) à realização do concurso, (d) à posse, (e) ao exercício, inclusive as hipóteses de afastamento, de dispensa de ponto e de contagem de tempo de serviço, (f) às hipóteses de vacância, (g) à



promoção e respectivos critérios, bem como avaliação do mérito e classificação final (cursos, títulos, interstícios mínimos). (h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária, (i) às reposições salariais e aos vencimentos, (j) ao horário de trabalho e ao ponto, inclusive os regimes especiais de trabalho, (k) aos adicionais por tempo de serviço, gratificações, diárias, ajudas de custo e acumulações remuneradas, (l) às férias, licenças em geral, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria, (m) aos deveres e proibições, (n) às penalidades e sua aplicação e (o) ao processo administrativo" ( ADI 2442, Tribunal Pleno, Dje 07-03-2019, ementa e inteiro teor, p. 17). 2. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. INICIATIVA LEGISLATIVA. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. Conforme se extrai da jurisprudência deste Colendo Órgão Especial: "Lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo sobre matéria relativa a servidores públicos municipais possui incompatibilidade vertical com a Constituição Estadual, por ser matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo(TJ-SC - ADI: 40175386920188240900 Capital 4017538-69.2018.8.24.0900, Relator: Júlio César M. Ferreira de Melo, Data de Julgamento: 21/08/2019, Órgão Especial)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INÉPCIA DA INICIAL NAO CONFIGURADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 12 DA LEI Nº 9868/99. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PRESERVADOS. IMPUGNAÇÃO DE LEI MUNICIPAL DE AUTORIA DE EDIL. VIOLAÇÃO ÀS REGRAS BÁSICAS DO PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. **REGRAS QUE TRATAM DO REGIME JURÍDICO E DO PROVIMENTO DE CARGOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS. OFENSA AO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 1342/15 POR VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.** (TJ-BA - ADI: 00182484320168050000, Relator: ABELARDO PAULO DA MATTA NETO, TRIBUNAL PLENO, Data de Publicação: 18/07/2017)

A mencionada mácula, portanto, **transgride frontalmente o princípio da separação e harmonia entre os poderes, positivado no art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil e, por simetria, a Lei Orgânica do Município de Cabedelo.**

No presente caso, o Autógrafo dispôs expressamente no **art.1º** que **"é vedada a nomeação"**, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, ***para os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas pelas práticas delituosas estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 12.015/09 (Crimes contra a***

*Dignidade Sexual), Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e Lei Federal nº 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos)."*

Assim sendo, **não compete ao Poder Legislativo elencar vedações a nomeações de servidores públicos deste ente municipal**, pois, do contrário, resta sobejamente caracterizada ofensa à separação e independência entre os Poderes, por mais nobre que seja a proposta.

A esse respeito, é pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. Por outro lado, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de fiscalizar e editar leis revestidas de generalidade e abstração, sem interferência na gestão a cabo do Poder Executivo.

Portanto, não pode o Executivo ser compelido pelo Legislativo a promover projeto que, apesar de bem intencionado, não encontra eco nas regras constitucionais de divisão de competências e separação dos Poderes.

Registre-se por oportuno que **Projetos de Leis que versem sobre servidores públicos deste ente municipal, são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.**

Em razão disso, **o Veto Total do Projeto de Lei, por vício de iniciativa, é medida que se impõe.**

Assim, como já externado, apesar da brilhante iniciativa, padece de constitucionalidade, impondo-se o veto.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que nos conduziram a vetar integralmente o Projeto de Lei em tela, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Casa de Leis.

Cabedelo, 23 de maio de 2023.

VITOR HUGO  
PEIXOTO  
CASTELLIANO:  
83973354472

Assinado de forma digital  
por VITOR HUGO PEIXOTO  
CASTELLIANO:83973354472  
2  
Data: 2023.05.23  
15:47:43 -08'00'

**VITOR HUGO PEIXOTO CASTELLIANO**  
**Prefeito**





# SEMANÁRIO OFICIAL

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO

LEI nº 2016 de 20/09/2019

CABEDELLO, 22 A 26 DE MAIO DE 2023

ESTADO DA PARAIBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 33, DE 26 DE MAIO DE 2023

**HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO - PB, REALIZADO NOS TERMOS DO EDITAL Nº 01/2021, Nº 01/2021 (RETIFICADO) E DEMAIS EDITAIS DO CERTAME.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, § 8º, inciso II, da Constituição do Estado e no Art. 73, Inciso IV da Lei Orgânica do Município de Cabedelo;

CONSIDERANDO as divulgações dos Resultados Oficiais das Provas Objetivas e Provas de Títulos e do Resultado Geral Final, publicados por meio do Edital nº 10/2023, na Edição Extraordinária do Semanário Oficial do Município de 25 de maio de 2023, no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 26 de maio de 2023 e no site da empresa responsável pela realização do concurso;

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e o bom andamento do concurso público de Cabedelo, concernente ao Edital nº 001/2021, Edital nº 001/2021 (Retificado) e demais publicações;

### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do concurso público de provas e títulos de que trata o Edital nº 01/2021, Edital nº 01/2021 (Retificado) e demais publicações para o os cargos de

ESTADO DA PARAIBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

ESTADO DA PARAIBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

provimento efetivo de Médico Anestesiologista, Médico Cardiologista, Médico Clínico Geral, Médico Dermatologista, Médico de Saúde da Família (PSF), Médico Ginecologista-Obstetra, Médico Oftalmologista, Médico Ortopedista, Médico Pediatra, Médico Pneumologista, Médico Reumatologista e Médico Ultrassonografista.

Art. 2º A convocação para a nomeação/admissão obedecerá rigorosamente à ordem de aprovação e classificação final do concurso, que dependerá de ato discricionário vinculado à conveniência, necessidade e oportunidade por parte da Administração Pública.

Art. 3º Os candidatos aprovados e classificados serão nomeados pelo regime estatutário, sujeitos ao período de 03 (três) anos de estágio probatório, conforme legislação em vigor.

Art. 4º O presente Concurso Público de Provas e Títulos terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de Cabedelo, por igual período.

Art. 5º Para efeito de ingresso no serviço público municipal de Cabedelo, o(a) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) ficará obrigado a comprovar, junto à Administração Municipal, que satisfaz as exigências do respectivo Edital do Concurso Público em que foi classificado, bem como submeter-se a exame médico para o exercício do cargo/emprego, sob pena de não ser nomeado/admitido.

**Parágrafo único.** O(a) candidato(a) aprovado(a), no prazo de validade do Concurso Público, obriga-se a manter atualizado seu endereço, sempre que houver qualquer alteração a partir da informação contida em sua ficha de inscrição, junto à Secretaria Municipal de Administração, sob pena de não o fazendo o na impossibilidade de localização do mesmo, ter caracterizada sua desistência tácita à nomeação para o cargo/emprego.

VITOR HUGO  
PEIXOTO  
CASTELLIANO

ESTADO DA PARAIBA  
MUNICÍPIO DE CABEDELLO  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de Cabedelo (PB), aos 26 de maio de 2023; 200ª da Independência, 133ª da República e 66ª da Emancipação Política Cabedolense.

VITOR HUGO  
PEIXOTO  
CASTELLIANO

VITOR HUGO PEIXOTO CASTELLIANO  
Prefeito

Prefeitura Municipal de Cabedelo  
Secretaria de Finanças  
Órgão Central de ContabilidadeDecreto nº  
0022/2023

Em, 3 de Abril de 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe a Lei nº 2256, de 29 de dezembro de 2022.

Art. 1º - Fica autorizado o Crédito Adicional Suplementar na quantia de R\$ 9.959.862,00 (Nove Milhões, Novecentos e Cinquenta e Nove Mil e Oitocentos e Sessenta e Dois Reais) destinado ao reforço de dotações no Orçamento vigente, como segue:

02.070 SECRETARIA DA RECEITA			
04 129 2002 2018	MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DA RECEITA		4.000,00
0000232	3390.93 99 15001000 Indenizações e Restituições		4.000,00
		Total da Ação	4.000,00
04 129 2002 2019	IMPLANTAR O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - PMAT/GEO PROCESSAMENTO E GEO REFERENCIAMENTO		
6000237	3390.39 99 15001000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas		174.571,00
		Total da Ação	174.571,00
		Total da Unidade Orçamentária	178.571,00
02.090 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
12 361 1005 1014	IMPLANTAR E MANTER PROJETOS PEDAGÓGICOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
0000379	3390.36 99 15001001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Físicas		1.417.557,00
		Total da Ação	1.417.557,00
12 361 1005 2033	MANTER O DESENV. DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEB 70%)		
0000555	3190.11 99 15411070 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		254.901,00
		Total da Ação	254.901,00
12 361 1005 2035	MANTER O CUSTEIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL (MDE)		
0000599	3390.30 99 15001001 Material de Consumo		1.295.195,00
0000614	3390.39 99 15001001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídicas		7.111,00
0000634	4490.52 99 15690000 Equipamentos e Material Permanente		144.130,00
		Total da Ação	1.446.436,00



ESTADO DA PARAÍBA  
MUNICÍPIO DE CABELO

## VETO TOTAL

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cabelo,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art.51, §2º c/c o art. 73, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 080/2022, que "VEDA A NOMEAÇÃO PARA OS CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABELO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90", de autoria do Vereador Júnior Paulo.

## RAZÕES DO VETO

É certo que a intenção da proposição é louvável, pois visa impedir a nomeação para os cargos efetivos e em comissão no âmbito deste Município, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal nº 8.069/1990, Lei Federal nº 12.015/2009, Lei Federal nº 10.741/2003 e Lei nº 8.072/1990, entretanto, a negativa de sanção que ora subscrevo, cinge-se na existência de vício de iniciativa da presente proposição, pelas razões que passo a expor:

O conteúdo apresentado viola o art.61, parágrafo 1º, inciso II, alínea "c", do Diploma Constitucional. Vejamos:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

[...]

II - dispõem sobre:

[...]

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VOTO  
CABELO  
2023

Com fulcro no princípio da simetria, a competência legislativa do Presidente da República se iguala a dos demais Chefes do Executivo, sejam eles estaduais ou municipais, observadas as devidas peculiaridades.

Nesse contexto, a Lei Orgânica Municipal, no seu art.44, III, ao dispor sobre a competência legislativa privativa do Prefeito Municipal, assim estabelece:

Art.44. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versam sobre:

[...]

III - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis;

[...]

Importante salientar que a Lei Orgânica Municipal deve estar em consonância com os princípios delineados pelas Constituições Federal e Estadual, conforme preceituado no caput, do art.29 da Constituição Federal.

Trata-se de expressão do chamado Princípio da Simetria segundo o qual os Estados e Municípios deverão respeitar, no âmbito de suas competências autônomas, as regras do processo legislativo federal de tal modo que a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal sejam simétricas à Constituição Federal, conforme consta na parte final do caput do art. 25 da Carta Maior.

Nesse contexto, no que concerne a iniciativa de leis que disponham sobre servidores públicos, a Constituição Federal estabeleceu expressamente em seu art. 61, § 1º, alínea "c", que é de iniciativa privativa do Presidente da República, sistemática que também foi adotada pela Lei Orgânica Municipal.

Sobre o tema em debate, vejamos o posicionamento pacífico do Supremo Tribunal Federal:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Lei Municipal nº 6.277, de 25.05.22, de Catanduva, de iniciativa parlamentar, dispõe sobre a instituição de programa educacional de prevenção à violência doméstica (Lei Maria da Penha). Vício de iniciativa. Cabe privativamente ao Executivo a iniciativa legislativa no âmbito de servidores públicos e seu regime jurídico, atribuições das

secretarias, órgãos e entidades da Administração local. Presença do vício apontado, apenas em relação aos arts. 3º, 4º e parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 6.277/22. Organização administrativa. Permite contrato ou convênio entre o poder público e pessoas jurídicas de direito privado para cumprimento de diretrizes firmadas. Além de interferir na gestão administrativa. Matéria de gestão administrativa. Afrenta à separação dos poderes. Reconhecimento de inconstitucionalidade desses dispositivos, por vício de iniciativa afrenta à separação dos poderes, por afronta aos arts. 5º, 4º, 24, § 2º, 47, inciso XIV e 144 da Constituição Bandeira. Ação procedente, em parte. (TJ-SP - ADI: 21462007320228260000 SP 2146200-73.2022.8.26.0000. Relator: Evaristo dos Santos. Data de Julgamento: 26/10/2022. Órgão Especial. Data de Publicação: 01/11/2022)

Ora, por regime jurídico segundo JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, deve ser entendido o "... conjunto de regras de direito que regulam determinada relação jurídica" ("Manual de Direito Administrativo" Ed. Atlas 2012 p. 592).

O Pretório Excelso já definiu, em inúmeros julgados, o âmbito da locução regime jurídico do servidor, assim dispendo:

[...] Trata-se, em essência, de noção que, em virtude da extensão de sua abrangência conceitual, compreende todos os regimes pertinentes (a) às formas de provimento; (b) às formas de nomeação; (c) à realização do concurso; (d) à posse; (e) ao exercício, inclusive as hipóteses de afastamento, de dispensa de ponto e de contagem de tempo de serviço; (f) às hipóteses de vacância; (g) à promoção e respectivos critérios, bem como avaliação de mérito e classificação final (cursos, títulos, habilitações mínimas); (h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária; (i) às repetições salariais e aos vencimentos; (j) ao horário de trabalho e ao ponto, inclusive os regimes especiais de trabalho; (k) aos adicionais por tempo de serviço, gratificações, diárias, ajuda de custo e acomodações remuneradas; (l) às férias, licença em geral, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria; (m) aos deveres e proibições; (n) às penalidades e sua aplicação; (o) ao processo administrativo (ADI nº 766/RS (medida liminar) DJ de 27.05.94 Rel. Min. CELSO DE MELLO).

Tribunais:

Nessa linha, vejamos o entendimento dos Egrégios

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUZADA PELO EXECUTIVO MUNICIPAL EM FACE DA PARTE FINAL DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 3.618 DE 08 DE JANEIRO DE 2016 (DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE QUADRO

VOTO  
CABELO  
2023

INFORMATIVO NAS UNIDADES DE SAÚDE PÚBLICAS E PRIVADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA. DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA. DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE ESTABELECE SANÇÃO AOS RESPONSÁVEIS PELAS UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE (SERVIDORES PÚBLICOS) NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DA NORMA. VÍCIO DE INICIATIVA. OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DE PENALIDADES A SERVIDORES PÚBLICOS. MATÉRIA RELATIVA AO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. COMPETÊNCIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. NOS TERMOS DO ART. 24, § 2º, "A", DA CONSTITUIÇÃO PAULISTA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAIS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. COM REDUÇÃO DO TEXTO, DA PARTE FINAL DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 3.618 DE 08 DE JANEIRO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, QUE SE IMPÕE. Ação direta de inconstitucionalidade procedente, com efeitos ex tunc. (TJ-SP - ADI: 22478662520228260000 SP 2247866-25.2016.8.26.0000. Relator: Cristina Zucchi. Data de Julgamento: 24/06/2020. Órgão Especial. Data de Publicação: 26/06/2020)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AJUZADA PELO PREFEITO MUNICIPAL, EM FACE DA LEI Nº 1.744/2015 DE CAPINARI DE BADO - DE INICIATIVA PARLAMENTAR - QUE ASSEGURA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO, COMPROVADAMENTE RESPONSÁVEL, POR PESSOA DEFICIENTE, A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO EM ATÉ DUAS HORAS DIÁRIAS, SEM PREJUÍZO DOS SEUS VENCIMENTOS, ADMISSIBILIDADE, ALEGADO CONFRONTO COM DISPOSITIVOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. INVIABILIDADE. PARÂMETRO DE CONTROLE. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E NORMAS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA PELOS ESTADOS-MEMBROS. NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO NESTE PONTO. MÉRITO. LEI QUE, A TODA EVIDÊNCIA, DISPÕE SOBRE O "REGIME JURÍDICO" DOS SERVIDORES PÚBLICOS, CONFORME CONCEITO EMPREGADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). MATÉRIA RESERVADA À INICIATIVA LEGISLATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. OFENSA AO ART. 50, § 2º IV, DA CONSTITUIÇÃO CATARINENSE (CEC). APLICADO, POR SIMETRIA, AOS PREFEITOS MUNICIPAIS. VÍCIO FORMAL RECONHECIDO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. I CONCEITO DE "REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS". Conforme a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal: "A locução constitucional 'regime jurídico dos servidores públicos' corresponde ao conjunto de normas que disciplinam as diversas situações das relações, estatutárias ou contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes. Nessa matéria, o processo de formação das leis está sujeito, quanto à sua válida instauração, por efeito de expressa reserva constitucional, à exclusiva iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Precedentes". Ademais, segundo o STF, o regime jurídico compreende "todas as regras pertinentes: (a) às formas de provimento, (b) às formas de nomeação, (c) à realização do concurso, (d) à posse, (e) ao exercício, inclusive as hipóteses de afastamento, de dispensa de ponto e de contagem de tempo de serviço, (f) às hipóteses de vacância, (g) à

VOTO  
CABELO  
2023

VOTO  
CABELO  
2023



promoção e respectivos critérios, bem como avaliação do mérito e classificação final (cursos, títulos, interstícios mínimos), (h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária, (i) às posições salariais e aos vencimentos, (j) ao horário de trabalho e ao ponto, inclusive os regimes especiais de trabalho, (k) aos adicionais por tempo de serviço, gratificações, diárias, ajudas de custo e acumulações remuneradas, (l) as férias, licenças em geral, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria, (m) aos deveres e proibições, (n) às penalidades e sua aplicação e (o) ao processo administrativo" (ADI 2442, Tribunal Pleno, DJe 07-03-2018, ementa e inteiro teor, p. 17). 2. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS. INICIATIVA LEGISLATIVA. CHEFE DO PODER EXECUTIVO. Conforme se extrai da jurisprudência desta Colenda Órgão Especial: "Lei municipal de iniciativa do Poder Legislativo sobre matéria relativa a servidores públicos municipais possui incompatibilidade vertical com a Constituição Estadual, por ser matéria reservada ao Chefe do Poder Executivo (TJ-SC - ADI: 400753869/20088240900 Capital 40075386-68/2018 8.24.0900. Relator: Júlio César M. Ferreira de Melo. Data de Julgamento: 21/08/2018. Órgão Especial)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. INÉPCIA DA INICIAL NÃO CONFIGURADA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO DE MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 12 DA LEI Nº 9868/99. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PRESERVADOS. IMPUGNAÇÃO DE LEI MUNICIPAL DE AUTORIA DE EDIL. VIOLAÇÃO ÀS REGRAS BÁSICAS DO PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL DE OBSERVÂNCIA OBRIGATORIA PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. REGRAS QUE TRATAM DO REGIME JURÍDICO E DO PROVIMENTO DE CARGOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS. OFENSA AO PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA DOS PODERES. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL Nº 8342/15 POR VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. (TJ-BA - ADI: 00882484320168050000. Relator: ABEILARDO PAULO DA MATA NETO, TRIBUNAL PLENO. Data de Publicação: 18/07/2017)

A mencionada mácula, portanto, transgred frontalmente o princípio da separação e harmonia entre os poderes, positivado no art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil e, por simetria, a Lei Orgânica do Município de Cabedelo.

No presente caso, o Autógrafo dispôs expressamente no art.1º que "é vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, para os cargos efetivos e em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas pelas práticas delituosas estabelecidas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei Federal nº 12.015/09 (Crimes contra a

VITOR HUGO  
PEIXOTO  
CASTELLANO  
62

Dignidade Sexual), Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso) e Lei Federal nº 8.072/90 (Lei de Crimes Hediondos)."

Assim sendo, não compete ao Poder Legislativo elencar vedações a nomeações de servidores públicos deste ente municipal, pois, do contrário, resta sobejamente caracterizada ofensa à separação e independência entre os Poderes, por mais nobre que seja a proposta.

A esse respeito, é pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência, que ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público. Por outro lado, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de fiscalizar e editar leis revestidas de generalidade e abstração, sem interferência na gestão a cabo do Poder Executivo.

Portanto, não pode o Executivo ser compelido pelo Legislativo a promover projeto que, apesar de bem intencionado, não encontra eco nas regras constitucionais de divisão de competências e separação dos Poderes.

Registre-se por oportuno que Projetos de Leis que versem sobre servidores públicos deste ente municipal, são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Em razão disso, o Veto Total do Projeto de Lei, por vício de iniciativa, é medida que se impõe.

Assim, como já externado, apesar da brilhante iniciativa, padece de constitucionalidade, impondo-se o veto.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que nos conduziram a votar integralmente o Projeto de Lei em tela, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Casa de Leis.

Cabedelo, 23 de maio de 2023.

VITOR HUGO  
PEIXOTO  
CASTELLANO  
839/73154672

VITOR HUGO PEIXOTO CASTELLANO  
Prefeito



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO MUNICIPAL DE CABEDELLO  
Secretaria de Saúde - SES  
COREME/CABEDELLO

PROCESSO SELETIVO PARA PRECEPTORES BOLSISTAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE DE CABEDELLO (RMFC - CABEDELLO)

EDITAL SES/COREME-CABEDELLO Nº 003/2023

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

A Secretaria de Saúde de Cabedelo (SES), por meio da Comissão de Residência de Medicina (COREME-CABEDELLO), no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICA a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, REFERENTE AO EDITAL Nº 03/2023, para seleção de profissionais de saúde, MÉDICO (A) interessados em atuar como preceptores bolsistas no âmbito do Programa de Residência Médica da Família e Comunidade de Cabedelo-Pb, de acordo com a Lei nº 2.163 de 23 dezembro de 2021, alterada pela Lei nº 2.261 de 16 de fevereiro de 2023, e Regimento Interno da Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de Cabedelo (COREME-CABEDELLO).

NOME COMPLETO	
NOME COMPLETO	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
Aline Cristina Abrantes Forniga	HOMOLOGADA
Camilla Lins Brasil Miranda	HOMOLOGADA
Luiza Silva Jobim	HOMOLOGADA
Rebeca Xavier Linhares Silva	HOMOLOGADA

Cabedelo, 24 de maio de 2023

EDMILSON CALIXTO DE LIMA  
Presidente da Comissão Avaliadora

Av. Duque de Caxias, s/n - Centro - Cabedelo/PB  
CEP: 58310-100 - Telefone: (83) 3250-3153



ESTADO DA PARAÍBA  
GOVERNO MUNICIPAL DE CABEDELLO  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO 009/2023

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas referente ao IGD SUAS e Gestão PBF do ano de 2021

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais, com fulcro da Lei Municipal nº 829/96 e Lei Municipal nº 827/96,

CONSIDERANDO o papel de controle social, monitoramento e acompanhamento da execução da Política de Assistência Social, exercido pelo CMAS;

CONSIDERANDO que a Prestação de Contas foi apresentada em reunião extraordinária, realizada na data de 22 de março do corrente ano e aprovada em votação por unanimidade dos membros presentes, cujas decisões foram registradas em ata,

Resolve:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos Advindos do IGD SUAS e Gestão PBF, referente ao ano de 2021.

Esta resolução retroage a data de aprovação, conforme ata 02/2023.

Cabedelo, 23 de maio de 2023.

FRANCE KARLA DA SILVA  
Presidente do CMAS

CASA DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ CMAS  
Rua Estudante Paulo Maia, nº 548, Formosa, Cabedelo-PB  
Cep: 58101-160 Telefone: (83) 3250-3167  
E-mail: cmascabedelo@gmail.com



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DESPACHO**

[Regimento Interno com a redação dada pela RES nº 236/2020]

**VETO TOTAL DO PREFEITO MUNICIPAL**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 080/2023**  
**(Do Vereador Júnior Paulo)**

**TRAMITAÇÃO ESPECIAL (arts. 164 a 167 do RI)**

De ordem do Senhor Presidente, determino à distribuição, por meio eletrônico, de cópia da propositura epigrafada à **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** para exame e oferecimento de PARECER, nos termos do parágrafo único do art. 164, do Regimento Interno.

**PRAZO - PARECER (7 DIAS)**

Esgotado o prazo concedido à CCJR, retornem-se os autos à Presidência, nos termos da parte final do parágrafo único do art. 164, do Regimento Interno.


Em, 08/06/2023

  
**THAYANE FERNANDES**  
Secretária Legislativa

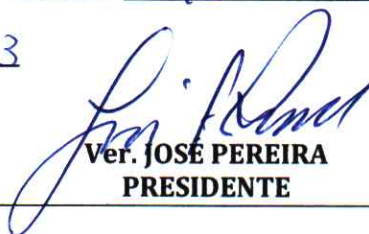
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Ciente.**

Designo Relator o Vereador

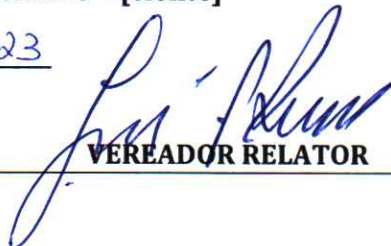


Em, 08/06/23

  
**Ver. JOSÉ PEREIRA**  
**PRESIDENTE**

**RELATOR DESIGNADO - [ciente]**

Em, 08/06/23

  
**VEREADOR RELATOR**





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO"

**VETO TOTAL**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 080/2023**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, sobre Veto Total ao Projeto de Lei que Veda a Nomeação Para Cargos Efetivos e em Comissão, no Âmbito do Município de Cabedelo, de Pessoas que Tenham Sido Condenadas Pelos Crimes Previstos na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 12.015/09, Lei nº 10.741/03 e Lei Federal nº 8.072/90.

**AUTOR DO VETO:** Prefeito Municipal, Vitor Hugo Castelliano.

**AUTOR DO PROJETO:** Vereador Júnior Paulo.

**RELATOR:** Vereador José Pereira.

**P A R E C E R**

**I - RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Veto Total ao Projeto de Lei nº 080/2023**, oposto pelo Prefeito Municipal, Vitor Hugo Castelliano, a proposta legislativa de iniciativa do ilustre Vereador Júnior Paulo, aprovada no âmbito desta Casa Legislativa, encaminhado nos termos constitucionais às razões do veto.

No prazo legal<sup>1</sup>, a propositura constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 30 de maio de 2023.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.

<sup>1</sup> Art. 164. Recebida à mensagem de veto, pela Câmara Municipal, depois de autuado, constará no Expediente da sessão imediata, sendo em seguida, distribuída em avulsos, para conhecimentos dos Vereadores. **Parágrafo único.** Fundando-se o veto em motivos de inconstitucionalidade, no todo ou em parte, a mensagem será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, e às Comissões de mérito competentes, quando o veto arrimar-se na contrariedade ao interesse público, correndo em conjunto o prazo de 7 (sete) dias para emitirem os seus pareceres, devendo o Presidente incluir a mensagem de veto na Ordem do Dia, para deliberação do Plenário, quando esgotado este prazo. [Resolução nº 158/2016, Regimento Interno da Casa]



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO"

## II - VOTO DO RELATOR

O Chefe do Poder Executivo Municipal, com fulcro no art. 51, § 2, c/c o art. 73, inciso V, da Lei Orgânica do Município, **Vetou Totalmente**, por considerar inconstitucional, o **Projeto de Lei nº 080/2023**, de iniciativa do ilustre Vereador Júnior Paulo, e que *"Veda a Nomeação Para Cargos Efetivos e em Comissão, no Âmbito do Município de Cabedelo, de Pessoas que Tenham Sido Condenadas Pelos Crimes Previstos na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 12.015/09, Lei nº 10.741/03 e Lei Federal nº 8.072/90"*.

Nas razões de veto total, argumenta Sua Excelência, que apesar de louvável a propositura, o veto se impõe, haja vista a matéria tratada pela propositura ser de competência privativa do Chefe do Executivo, a teor do art. 61, § 1º, C, da Constituição da República Federativa do Brasil, além do que, por força do art. 44, III, da Lei Orgânica do Município da Cabedelo.

Destarte, o Prefeito Constitucional trouxe à baila várias decisões dos Tribunais pátrio pela **"declaração de inconstitucionalidade"** de leis municipais que usurparam a competência privativa de Poder Próprio.

Em síntese, são as razões do veto total.

## POSIÇÃO DA RELATORIA

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do art. 164, parágrafo único, do Regimento Interno da Casa, analisar os motivos elencados de inconstitucionalidade aventados na mensagem de veto à Projeto de Lei encaminhado pelo Chefe do Executivo.

Primordialmente, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cabedelo dispõe, no tocante a análise do Veto ao Projeto de Lei pelo Prefeito Municipal:

**Art. 165.** Esgotado o prazo para emissão de parecer pelas Comissões competentes o veto será submetido à discussão e votação em turno único, e se lhe faltar o parecer, será designado pelo Presidente da Câmara, Relator Especial que proferirá parecer escrito ou oral em Plenário.





ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO"

**Parágrafo único.** O Veto será apreciado pelo Plenário, observando-se as seguintes exigências e formalidades:

**I - a apreciação do veto, implica em reapreciar o projeto, no veto total, ou da parte do projeto, no veto parcial; [...] [grifo nosso] [Resolução nº 158/2016, Regimento Interno da Casa]**

Com efeito, a premissa de embasamento para o veto total é fundada na usurpação de competência exclusiva do Poder Executivo pelo Parlamento, indo, pois, de encontro aos Princípios da Harmonia e Separação entre os Poderes.

Ao analisarmos os fundamentos apresentados, chegamos à conclusão que, de fato, o Projeto de Lei em análise viola as atribuições de iniciativa que lhe são inerentes.

Ao tomarmos por base os ditames da Constituição do Estado da Paraíba, o Parlamento Estadual evidenciou as competências privativas do Poder Executivo ao dispor:

**Art. 21. A lei orgânica do Município regulará o processo legislativo municipal, em obediência às regras do processo legislativo estadual.**

§ 1º A iniciativa dos projetos de lei cabe aos cidadãos, a qualquer Vereador ou comissão da Câmara Municipal e ao Prefeito, sendo privativa deste a do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais, **da criação de cargos, funções ou empregos públicos nas administrações direta, indireta e autárquica ou do aumento de sua remuneração, da organização administrativa, do regime jurídico do servidor, do provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, da criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública,** do plano diretor e da delimitação da zona urbana.[...] [Constituição do Estado da Paraíba] [grifo nosso]

Em consonância com a Constituição do Estado da Paraíba, em estrito respeito ao Princípio da Simetria, a Lei Orgânica do Município de Cabedelo reverbera que compete privativamente ao Prefeito Municipal legislar sobre as seguintes matérias:



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO"

**Art. 44. Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:**

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos;

III - **servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis;**

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública.

• Redação do art. 44 dada pela Emenda a LOM nº 007, de 30 de abril de 2003. [Lei Orgânica de Cabedelo-PB] [grifo nosso]

Nesses termos, proponho à douta Comissão a **MANUTENÇÃO** do Veto Total que lhe foi oposto e, por via de consequência, opino pela **REJEIÇÃO** do **Projeto de Lei nº 080/2023**, por entender que as razões do veto são juridicamente satisfatórias e consistentes.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de JUNHO de 2023.

  
**Vereador José Pereira**  
**Relator**





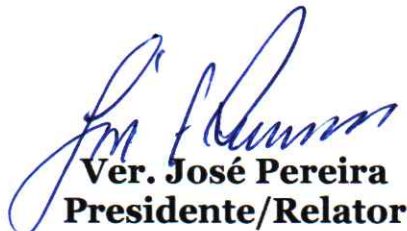
ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO**  
"COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO"

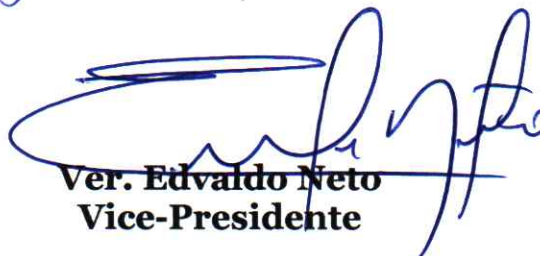
### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Voto do Senhor Relator, Vereador José Pereira, opina pela **MANUTENÇÃO do VETO TOTAL** que lhe foi aprazado e, por conseguinte, pela **REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 080/2023**, por entender que as razões de veto são juridicamente satisfatórias e consistentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de Junho de 2023.

  
**Ver. José Pereira**  
**Presidente/Relator**

  
**Ver. Edvaldo Neto**  
**Vice-Presidente**

**Ver. Hérilon Cabral**  
**Membro**

**PARECER APROVADO**  
DATA 13 de Junho de 2023  
  
**Presidente da Comissão**



# CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

Rua Doutor João Machado, nº 29 - Centro CEP: 58.100-243 - Cabedelo - PB

Tel. (83) 99174-6442

Email: [cmcabedelopb@gmail.com](mailto:cmcabedelopb@gmail.com)

15ª LEGISLATURA 2021/2024

SESSÃO:	19ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2023		
MATÉRIA:	VETO TOTAL DO PREFEITO MUNICIPAL		
INSTITUIÇÃO:	EXECUTIVO MUNICIPAL	NÚMERO:	080/2023
PROPOSITOR:	PREFEITO MUNICIPAL	DATA:	20/06/2023
P. DA SESSÃO:	ANDRÉ COUTINHO	HORA:	20:14
TIPO VOTAÇÃO:	MAIORIA ABSOLUTA	PRESENTES:	14

VEREADOR	PARTIDO	PRESENÇA	VOTO
ANDRÉ COUTINHO	UNIAO	PRESENTE	SIM
EDVALDO NETO	PRB	PRESENTE	SIM
JOSE PEREIRA	UNIAO	PRESENTE	SIM
DIVINO FELIZARDO	PRB	PRESENTE	SIM
BENONE BERNARDO	PRB	PRESENTE	SIM
EDSON DA OTICA	UNIAO	PRESENTE	SIM
JOEDSON DINHO	AVT	AUSENTE	AUS
HERLON CABRAL	AVT	PRESENTE	NAO
IVANIO DA MIRAMAR	PRB	PRESENTE	SIM
JANDERSON BRITO	PSDB	PRESENTE	AUS
MOISES MENINAS BAR	UNIAO	PRESENTE	SIM
JUNIOR PAULO	PRB	PRESENTE	NAO
MARCIO SILVA	UNIAO	PRESENTE	SIM
REINALDO REY	UNIAO	PRESENTE	SIM
WAGNER SOLANENSE	UNIAO	PRESENTE	SIM

<b>APROVADO</b>		SIM	11
		NÃO	2
		ABS	0
TURNOS:	TURNOS ÚNICOS		
TRAMITE:	TURNOS ÚNICOS		

## Ementa:

PRESIDENTE DA SESSÃO

VETO TOTAL DO PREFEITO MUNICIPAL AO PROJETO DE LEI Nº 080/2022 - DO VEREADOR JÚNIOR PAULO: VEDA NOMEAÇÃO PARA CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELOS CRIMES PREVISTOS NA LEI FEDERAL Nº 8.069/90, LEI FEDERAL Nº 12.015/09, LEI Nº 10.741/03 E LEI FEDERAL Nº 8.072/90.





ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
Gabinete da Secretária

**C E R T I D ã O**

**(VETO TOTAL)**  
**(Do Prefeito Municipal)**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 080/2022**  
**(Da lavra do Vereador Júnior Paulo)**

Certifico que o Veto Total ao Projeto de Lei, acima epigrafado foi **MANTIDO** pelo Plenário, em turno único de discussão e votação, por 11 (onze) votos favoráveis e 02 (dois) contrários do veto, na Sessão Ordinária do dia 20/06/2023.

Em, 21/06/2023.

*Iris Cristina M. de Farias*  
**IRIS CRISTINA MACÊDO DE FARIAS**  
Diretora de Assuntos Legislativos

**Atesto a veracidade da presente certidão.**

Em, 21/06/2023.

*Thayane Bezerra*  
**THAYANE BEZERRA FERNANDES**  
Secretária Legislativa



ESTADO DA PARAÍBA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CABEDELLO

OFÍCIO GPC/SL Nº 468/2023

Cabedelo (PB), em 21 de junho de 2023.

A Sua Excelência

**VITOR HUGO PEIXOTO CASTELLIANO**

MD. Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Cabedelo(PB)

Cabedelo/PB

**2ª VIA**

**Assunto:** comunicação faz.

Senhor Prefeito,

Através do presente, comunico-lhe que na Sessão Ordinária do dia 20 de junho do corrente ano, foi **mantido**, pelo Plenário desta Casa Legislativa, o **Veto Total** oposto por Vossa Excelência ao **Projeto de Lei nº 080/2022**, da lavra do **Vereador Júnior Paulo**, e que ***“Veda a nomeação para cargos efetivos e em comissão, no âmbito do município de Cabedelo, de pessoas que tenham sido condenadas pelos crimes previstos na Lei Federal nº 8.069/90, Lei Federal nº 12.015/09, Lei nº 10.741/03 e Lei Federal nº 8.072/90.”***

Com efeito, comunico a Vossa Excelência que a propositura será **arquivada**, nos termos regimentais.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

**Ver. ANDRÉ COUTINHO**  
Presidente

Procuradoria Geral do  
Município de Cabedelo  
Recebido em 23/06/2023  
Ass. [assinatura]





## **DESPACHO**

### **Projeto de Lei nº 080/2022 Do Vereador Júnior Paulo**

Em face da manutenção do VETO TOTAL do Prefeito Municipal ao Projeto de Lei nº 080/2022 da lavra, do Vereador Júnior Paulo, por 11 (onze) votos Favoráveis e 02 (um) contrário pela manutenção do Veto, na Sessão Ordinária do dia 20/06/2023, determino em consequência o arquivamento da propositura epigrafada, com fulcro no art. 166, § 3º, da Resolução nº 158/2006, do Regimento Interno da Casa.

Arquive-se.

Em, 21/06/2023.



**Ver. ANDRÉ COUTINHO**  
Presidente